

PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

ADMINISTRATION RESEARCH AND ITS
RELATION TO NATIONAL POSTGRADUATE PLAN

Denis Konrado Fehlauer

Mestre em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo.
E-mail: deniskonrado@gmail.com

Almir Martins Vieira

Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista. Professor do
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.
E-mail: almir.vieira@gmail.com

José Alberto Carvalho dos Santos Claro

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.
Professor do Departamento de Ciências do Mar da Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: profalbertoclaro@gmail.com



Recebido em: 25 de março de 2019

Aprovado em: 22 de julho de 2019

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RGD | v. 16 | n. 3 | p. 83-105 | set./dez. 2019

DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v16i3.1674>

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Administração das instituições pertencentes à região do Grande ABC paulista. À luz do que preconiza o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), buscou-se verificar, diante da autonomia e vocação que possuem, se as instituições contemplaram as recomendações feitas pelo PNPG vigente. Para tanto, foram analisadas 2 teses e 41 dissertações publicadas no período entre 2011 e 2015, pelas seguintes instituições: Centro Universitário da FEI (FEI), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Por meio de abordagem qualitativa, desenvolveu-se um estudo do tipo pesquisa documental. Os dados foram coletados junto aos repositórios digitais de teses e dissertações das instituições. Por meio de análise de conteúdo temático-categorial, a averiguação tratou de dois dentre os cinco eixos presentes no PNPG: terceiro eixo – aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos; e quarto eixo – interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação (convergência e compartilhamento). Os resultados indicam que a produção científica das instituições do Grande ABC corresponde às expectativas do PNPG, no que diz respeito às recomendações constantes no terceiro eixo. Quanto às recomendações do quarto eixo, os conteúdos das teses e dissertações produzidas atendem parcialmente às expectativas do Plano, apresentando características de interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Pesquisa em Administração. Produção acadêmica. Plano Nacional de Pós-Graduação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the scientific production of postgraduate programs of Administration in ABC region. Considering the contents of the National Postgraduate Plan (PNPG 2011-2020), this investigation has tried to verify if the higher education institutions got the recommendations done by the official document. In order to achieve this objective, 2 doctoral thesis and 41 masters dissertations have been analyzed, published from 2011 to 2015. The institutions where the publications were found are: Centro Universitário da FEI (FEI), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Assuming a qualitative approach, a "state of knowledge" study was conducted. Data have been gained from digital repository provided by the institutions mentioned above. Data analysis took in consideration two main issues of PNPG: third – evaluation in the Science and Technology System and its relation to industrial scenario; fourth – interdisciplinary as an aspect of postgraduate programs and other research topics (convergence and sharing). Results point that the scientific production take into consideration the aspects of the third issue of PNPG. Regarding to the fourth issue of the same document, there is only a halfway conquered in terms of interdisciplinary characteristics.

Keywords: Administration research. Scientific production. National Postgraduate Plan.

1 INTRODUÇÃO

A conexão entre o processo educativo e a sociedade ocidental não é um assunto novo. Em relação às instituições de ensino e à coletividade de seu tempo, Marcovitch (1999) resgata o discurso aristotélico ao destacar que “a cidade inteira compartilha dos mesmos fins, então é evidente que a educação deve ser a mesma para todos: pública, e não privada, pois a preparação para aquilo que é comum a todos os cidadãos deve ser igual para todos” (MARCOVITCH, 1999, p. 16).

A partir do século XX, analisando a evolução do sistema educacional ao longo do tempo, Keniston (1977, p. 396) registra que, em algum lugar no passado, sua “função essencial consistia em integrar o indivíduo na sociedade”. Assim, o alvo principal da escola reside em inculcar nas crianças os comportamentos sociais e os valores culturais de que elas vão precisar, como adultos, na sociedade (KENISTON, 1977).

No entanto, instituições de ensino para crianças não eram as únicas formas de socialização. O ensino superior também passou a ocupar espaço considerável na manutenção e evolução da sociedade devido ao fato de que a profissão de alto nível possuía um conjunto de conhecimentos especializados. Segundo Severino (2007), no ocidente, historicamente, a universidade teria três objetivos fundamentais: formar profissionais das diversas áreas aplicadas; formar cientistas enquanto disponibiliza conteúdo das mais diferentes áreas do saber humano, por intermédio de vários métodos; e formar o cidadão consciente de seu papel pessoal na história e na sociedade.

No Brasil, a criação da pós-graduação surgiu com a intenção de produzir condições para a prática de uma pesquisa mais rigorosa e abrangente. E a mesma se apresenta com o objetivo de atender demandas econômicas e sociais do país, propondo o fazer da ciência com “trabalhos de pesquisa especializada, própria das várias ciências” (SEVERINO, 2007, p. 212).

No contexto brasileiro, teses e dissertações são requisitos acadêmicos que deverão ser cumpridos juntamente com a aprovação em determinado número de disciplinas por quem deseja a titulação de doutor ou mestre. A produção acadêmica dos programas de pós-graduação “deve evidenciar conhecimento da literatura existente e a capacidade de investigação do candidato, podendo ser baseada em trabalho experimental, projeto especial ou contribuição técnica” (VERGARA, 2013, p. 13).

Fundada em 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi um dos agentes responsáveis pelo que Barreto e Domingues (2012, p. 19) consideram “uma verdadeira revolução na pesquisa científica e no ensino superior”. Composto a estrutura do Ministério da Educação (MEC), a CAPES é responsável pela avaliação e acompanhamento de todo o conjunto do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Esse sistema, instituído na década de 70, abrange “as instituições federais de

ensino superior (IFES), bem como as públicas estaduais e municipais, além das privadas, confessionais e comunitárias” (BARRETO; DOMINGUES, 2012, p. 18).

Pouco depois da criação da CAPES, o MEC lançou o que seria seu primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Desde então, foram editados seis planos, cada um contemplando determinado horizonte histórico, e por isso mesmo pertencente a contextos políticos, econômicos e sociais muito particulares. Isso fez com que os planos enfatizassem diversos aspectos, procurando atender, por meio desse setor da educação brasileira, diferentes necessidades no âmbito nacional.

Em relação ao que tem sido publicado a respeito do tema, pouco se encontra em bases de dados com SPELL ou Scielo. Em geral, alguns artigos versam sobre a pós-graduação no Brasil sem, no entanto, contemplar o atendimento das recomendações do PNPG. Por exemplo, o trabalho de Caporali (2018, p. 29) se propôs a realizar um mapeamento dos cursos de pós-graduação em Administração e suas respectivas linhas de pesquisa no Brasil. Os resultados mostraram que “a região Norte possui forte escassez de cursos de pós-graduação, em contraste com regiões como Sul e Sudeste onde se concentram a maioria dos programas disponíveis atualmente”. O autor registra ainda que a região Sudeste é responsável por mais de 50% da oferta de cursos de doutorado em Administração, possuindo também todos os programas com melhor avaliação (conceitos 6 e 7) pela CAPES. Outros estudos recentes (FERREIRA, 2018; LIMA; SILVA, 2018; OLIVEIRA JUNIOR, 2018) tratam da formação do professor de pós-graduação, além de aspectos como internacionalização e impacto social das pesquisas.

Diante de tal panorama, este trabalho tem por objetivo analisar a produção acadêmica dos programas de pós-graduação em Administração das instituições pertencentes à região do Grande ABC paulista, tomando por base as recomendações do atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020). A produção acadêmica analisada apresenta-se na forma de teses e dissertações defendidas nos referidos programas de pós-graduação, à luz do que preconizam os eixos norteadores do PNPG. Para tanto, este trabalho apresenta, além desta parte introdutória, mais três tópicos, seguidos das considerações finais. A fundamentação teórica é apresentada no tópico a seguir, contendo o resgate histórico da pós-graduação no Brasil, com destaque para o papel da CAPES, além da apresentação do PNPG (2011-2020). A parte seguinte versa sobre os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho e, na sequência, apresenta-se a análise dos dados coletados conforme as categorias definidas a partir do conteúdo do PNPG. O último tópico, referente às considerações finais, apresenta também indicações para estudos futuros.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Morosini (2009), as instituições de ensino superior brasileiras nasceram ao redor de 1808 e se mantiveram em unidades isoladas, voltadas ao ensino profissionalizante, controladas pelo governo central e administradas a fim de atender às elites. As razões para isso foram a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil e a necessidade de profissionais que pudessem servi-la (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004).

Durante aproximadamente um século desde sua criação, as escolas superiores no Brasil triplicaram em número, embora ainda organizadas em unidades isoladas, de cunho profissionalizante e no formato de cátedras, sendo que o único responsável pelo ensino, pesquisa e extensão em determinada especialidade era o professor catedrático (Balbachevsky, 2015).

Em 1948, nasceu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que teve papel importante no sentido de organizar os interesses científicos nacionais. A fundação da SBPC refletiu no crescimento das atividades científicas no país, pois as discussões que liderou ao redor da necessidade de uma reforma universitária no Brasil pavimentaram o caminho para que essa reforma verdadeiramente acontecesse (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004). No entanto, as táticas que criariam as condições para se promover a pesquisa nas universidades brasileiras só se tornaram claras em 1950. Em 1951, foram instituídos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Capacitação de Pessoal de Nível Superior (MOROSINI, 2009).

Em 1965, a pós-graduação foi diferenciada do nível de bacharelado na estrutura educacional nacional. Por meio do Parecer Sucupira, o então Conselho Federal de Educação, sob a autoridade do Ministério da Educação (MEC):

[...] estabeleceu, pela primeira vez, o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e estabelecendo uma linha de continuidade entre os dois, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado (BALBACHEVSKI, 2015).

A reforma universitária aconteceu em 1968, e com ela foi instituído um novo modelo estrutural de origem norte-americana, que criou departamentos universitários em oposição à cátedra, estipulando como critérios para o ingresso e promoção na carreira docente os títulos de mestre e de doutor. Foi a partir

de então “que o modelo de Instituição de Educação Superior (IES) passa a ser a universidade, e esta foi definida como a instituição produtora de conhecimento, via pesquisa” (MOROSINI, 2009).

Especificamente no tocante à área de pós-graduação em Administração (cenário coberto por este artigo), tomou-se por base o documento da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), órgão deliberativo da CAPES, composto pelos coordenadores das diversas áreas da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. De acordo com o que se apresenta no documento, a área de Administração tem apresentado crescimento (característica semelhante às demais áreas), não sendo possível afirmar que a área é homogeneamente disciplinar ou interdisciplinar. No caso, “a interdisciplinaridade da área se reflete em seus processos de avaliação” (CAPES, 2017). Em estudo anterior, Chinelato e Ziviani (2016) detectaram fragilidades no processo de internacionalização dos programas, pois só os programas com melhor avaliação conseguem atender parcialmente aos requisitos que a CAPES estabelece nas práticas interdisciplinares.

3 COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

A história da CAPES se confunde com a história da pós-graduação brasileira. Fundada em 1951, é um dos “marcos fundamentais da institucionalização da pesquisa no Brasil” (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004, p. 16). Inicialmente, seu principal objetivo era qualificar profissionais em quantidade suficiente para atender às carências das entidades públicas e privadas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social do país. Sendo assim, algumas de suas tarefas eram: estudar as necessidades do país; deslocar recursos para treinamento de pessoal a fim de suprir essas necessidades; aproveitar os programas de treinamento disponibilizados pelos acordos feitos entre o Brasil e o governo de outros países; instalar e expandir os centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004).

Em 1953, Anísio Teixeira era o secretário-geral da então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), quando foi implantado o Programa Universitário, por meio do qual foram contratados professores visitantes estrangeiros, sendo estimuladas atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições e concedidas bolsas de estudo em apoio a eventos de natureza científica (BRASIL, 2015).

A mudança de nome (Coordenação, substituindo Campanha) ocorreu em 1964, por conta de uma fusão entre a CAPES e a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos e do Programa de Expansão do Ensino Técnico (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004). No ano seguinte, “[...] o Conselho de Ensino Superior se reúne para definir e regulamentar os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. [...] 27 cursos são classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 no país” (BRASIL, 2015).

O governo começou a apresentar planos de desenvolvimento, tais como o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), a partir de 1966. No plano educacional, foram delineadas melhorias no sistema: “[...] a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental e a consolidação do regulamento da pós-graduação - Parecer 977, de 1965” (BRASIL, 2015). Entretanto, a CAPES somente foi reconhecida como “órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* em 1981, pelo Decreto nº 86.791” (BRASIL, 2015), sendo que atualmente suas atribuições se estendem a avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

4 PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG)

Segundo Barreto e Domingues (2002, p. 18), o atual Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) “é o sexto de uma série iniciada nos anos setenta, tendo como abrangência o quadriênio 1975-1979”. Sendo assim, para contextualizar melhor as ênfases e diretrizes realizadas pelo Plano atual, será apresentado um breve apanhado histórico dos planos anteriores.

O I PNPG (1975-1979) partiu do princípio de que os avanços experimentados pela pós-graduação brasileira, até certa medida, não tinham sido estrategicamente pensados, mas sim motivados por razões conjunturais. Portanto, a partir de então, pensar a pós-graduação seria tarefa do Estado. Na época em que foi promulgado, o I PNPG (1975-1979) recebeu suporte financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969 com a função de financiar projetos a serem definidos pelo Conselho Científico e Tecnológico. Segundo Romeu, Romeu e Jorge (2004, p. 18), havia “abundância de recursos provenientes do FNDCT”. No entanto, o contexto político era o regime militar que, além de seu projeto desenvolvimentista, reprimia o professor como cidadão ao mesmo tempo em que esperava dele colaboração enquanto cientista e acadêmico (BARRETO; DOMINGUES, 2002).

Com o fim do regime militar, entre 1982 e 1985, seria elaborado o II PNPG, em um clima de escassez de recursos, o que afetaria de maneira acentuada sua implantação. Quanto aos seus objetivos, o principal continuou sendo a formação de profissionais qualificados para atender o setor produtivo, o que deu notoriedade à pós-graduação *lato sensu* por causa de sua capacidade de produzir mão de obra especializada. (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004).

No período da Nova República, o III PNPG (1986-1989) refletia uma tendência geral da época: a busca pela autonomia nacional. Dentro desse contexto, seria definido o conceito de empresa nacional e aprovada a reserva de mercado para a informática. Como consequência, surgiu a necessidade da formação de recursos humanos de alto nível (BRASIL, 2010).

Como regra geral, as agendas dos PNPG's elaborados até 1989 discutiam sobre o que já havia sido feito, pensavam novas metas, definiam prioridades e davam as coordenadas para a formulação da política nacional para a pós-graduação (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004), "Já o quarto plano, com um horizonte maior (1990-2002), que nunca existiu de direito, porque jamais foi promulgado, [...]" (BARRETO; DOMINGUES, 2012, p. 20), representou uma descontinuidade das políticas anteriores.

Em 1996, a diretoria da CAPES promoveu um seminário nacional a fim de marcar o início da formulação de um novo PNPG, que já se fazia necessário. Participaram desse seminário cerca de cem pessoas, dentre elas "[...] destacavam-se pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), representantes de órgãos públicos e agências de fomento" (BRASIL, 2010, p. 28). O documento constituído na ocasião foi repassado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FORPROP), mas sua divulgação e efetivação foram um tanto quanto tímidas (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004).

Foram feitas várias redações do que seria o IV PNPG, mas todas elas circularam apenas entre os membros da diretoria da CAPES. A versão que se considera a mais completa, embora também nunca tenha vindo a público, apresentava os seguintes itens: (a) evolução do sistema; (b) grandes desequilíbrios do sistema; (c) pressão da demanda por pós-graduação; (d) fatores estruturais que bloqueiam o desempenho do sistema; (e) a CAPES e sua integração com outros órgãos (BRASIL, 2010).

Ainda que exista "um documento que consolida o IV PNPG, datado de 1998" (ROMEU; ROMEU; JORGE, 2004, p. 21), o Plano é, na verdade, um conjunto de itens normativos sugestivos que serve de referência para a comunidade acadêmica (BRASIL, 2010). Embora o plano não tenha se transformado em política de governo, sobre as bases lançadas por ele foram feitas as discussões a respeito do V PNPG 2005-2010 (BARRETO; DOMINGUES, 2012), que teve como objetivo subsidiar a formulação e a instauração de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia (BRASIL, 2010, p. 29).

5 ÊNFASES E PERSPECTIVAS DO PNPG 2011-2020

Foi sob a influência dos últimos cinco PNPG's que a pós-graduação passou a ser planejada e financiada pelo Estado, considerada um subsistema do sistema educacional, orientada e dirigida sob a força de resultados de diagnósticos e de definição de metas e ações, além de força motriz para ampliação e renovação das áreas do saber. Na sequência, a elaboração do PNPG 2011-2020 levou em conta a herança deixada pelos planos anteriores, ao estimular um contínuo crescimento do SNPG, sem deixar de lado sua qualidade, incorporando novas ações e políticas (BRASIL, 2010).

O PNPG 2011-2020 está organizado em cinco eixos: 1- expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), com primazia pela qualidade, quebra da endogenia e atenção à redução das assimetrias; 2 – criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT & I; 4 – interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5 – apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio (BRASIL, 2010, p. 15).

As considerações desta pesquisa se fizeram ao redor do terceiro e quarto eixos. Quanto ao terceiro eixo, o PNPG 2011-2020 descreve o sistema de pós-graduação como um conjunto de universidades com diferentes perfis e propostas: universidades públicas e comunitárias, com forte ênfase na associação entre ensino e pesquisa; privadas, que se dividem em comunitárias e não comunitárias (BRASIL, 2010, p. 128). Esse grupo de instituições é responsável por formar professores e pesquisadores que atendam às demandas do sistema de ensino e pesquisa, bem como profissionais especializados capazes de compor os quadros funcionais dos setores público e privado.

É nesse contexto que o PNPG 2011-2020 faz seis recomendações, das quais são de especial interesse desta pesquisa a terceira e a sexta: 3 – O desenvolvimento econômico e social do país deverá conduzir à formação, cada vez mais numerosa, de pós-graduados voltados para atividades extra-acadêmicas. Isso envolve a incorporação, no processo de avaliação, de parâmetros que não sejam exclusivamente das áreas básicas e acadêmicas. [...] 6 – A avaliação dos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à geração de tecnologia e à formação, de fato, de profissionais voltados para o setor empresarial: esta diretriz leva à ponderação de outros itens para além de artigos e livros, bem como ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades (BRASIL, 2010, p. 131).

O quarto eixo, que contempla a importância da interdisciplinaridade na pós-graduação, está descrito no sexto capítulo do PNPG 2011-2020, segundo o qual o maior desafio desse segmento está em definir as linhas mestras que irão guiar as práticas de fomento e a avaliação em uma área formada por tamanha quantidade de disciplinas com cultura e natureza diferentes.

De acordo com o Documento de Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo divulgado em 2013, elaborado pela Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES, estudos interdisciplinares são “aqueles desenvolvidos a partir de várias disciplinas e cujos *corpora* de conhecimento e métodos de investigação são integrados, criando uma nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandindo as fronteiras do conhecimento” (BRASIL, 2013, p. 4). A fim de contribuir para a consecução desse objetivo, a DAV acentua ainda a importância do papel exercido pela avaliação dos programas de pós-graduação considerados

interdisciplinares, bem como a necessidade de que tais programas prestem cuidadosa atenção ao perfil de seus egressos, bem como aos resultados apresentados por eles.

Em suas recomendações para essa área, o PNPG 2011-2020 atribui às experiências interdisciplinares a responsabilidade de estarem na vanguarda da produção científica do decênio. Para tanto, as recomendações do Plano são: promover, por meio de programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa, a convergência de temas e compartilhamento de problemas em oposição à sua mera associação ou sobreposição; ter pesquisadores com bom fundamento disciplinar, mas também com formação diversificada; instituir dupla ou tripla orientação, conforme cada caso; e flexibilizar o currículo (BRASIL, 2010). No caso deste trabalho, a primeira recomendação foi tomada como ênfase.

6 INTERDISCIPLINARIDADE

Thiesen (2008) justifica a crescente preocupação de educadores em geral com o tema da interdisciplinaridade fazendo referência à realidade atual - ampla e complexa, de caráter dialético. Sendo assim, para compreendê-la é necessário determinar o campo de estudo, mas não dividi-lo, pensando o mesmo de maneira abrangente e multidimensional. Segundo Pombo (2005, p. 11), essa complexidade faz com que apareçam "problemas complexos que não permitem pensar em laboratório porque comportam um número imenso de variáveis, problemas que nenhuma disciplina está preparada para resolver, mas só a interdisciplinaridade tem condições de procurar a resposta".

Por meio da análise de diversos autores feita por Thiesen (2008), a interdisciplinaridade se caracteriza pelos seguintes aspectos: visão mais totalizadora da realidade; preocupação humanista; dialética (problematização da situação e a sistematização dos conhecimentos por meio da integração das ciências e das partes com o todo); dinâmica viva da construção do conhecimento, com base na relação do pesquisador com o seu contexto, sua realidade e sua cultura; intensidade das trocas entre especialistas; integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto; e transferência de conceitos, problemas e métodos.

A aproximação entre os cientistas e a sociedade, ou entre universidades e empresas, está prevista no que diz respeito à expectativa de que teses e dissertações estejam ajustadas às necessidades sociais do Brasil, bem como às demandas por profissionais qualificados nos setores público e privado. Tal qual sugere Schwartzman (1992), nesse panorama, a interdisciplinaridade surge como instrumento de leitura, interpretação e intervenção no tocante aos problemas que se apresentam na sociedade. Assim, constata-se que a interdisciplinaridade e a relação universidade-empresa ganharam destaque nos

debates acadêmicos. Essas alterações nos paradigmas científicos são apoiadas pelo MEC por meio das recomendações feitas pela CAPES, publicadas no texto do PNPG atual.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Até a elaboração do PNPG 2011-2020, a avaliação da pós-graduação brasileira era feita por meio de índices quantitativos que davam “ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado, na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação” (BRASIL, 2010, p. 36). No entanto, o atual plano muda radicalmente de direção ao estabelecer outros critérios avaliativos, tais como a excelência dos resultados obtidos nas específicas áreas de conhecimento (qualidade da produção científica) e o impacto desses resultados no ambiente acadêmico, no mundo empresarial e na sociedade (relevância do novo conhecimento dentro desses contextos).

Segundo Teixeira (2008, p. 41), “isso pressupõe uma análise descritiva e qualitativa do conjunto dessa produção”. Assim, este trabalho se ancora em abordagem qualitativa, na forma de pesquisa sobre o estado do conhecimento, ou seja, um trabalho de pesquisa documental, na forma de trabalhos resultantes da produção de programas de pós-graduação. Trabalhos dessa natureza “analisam um setor específico das publicações sobre o tema estudado” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40; VIEIRA, 2007) como, por exemplo, teses e dissertações.

Para tratamento dos dados, uma das metodologias que podem ser utilizadas na interpretação de documentos (no caso deste artigo, teses e dissertações) é a análise de conteúdo, cujo ponto de partida é sempre “a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO, 2012, p. 12). De modo semelhante, Godoy (1995, p. 23) percebe a análise de conteúdo como um “instrumental metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação”. Embora se mostre abrangente, é em sua função heurística que a análise de conteúdo fica mais adequada às características dos trabalhos qualitativos, já que “[...] enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta” (BARDIN, 2011, p. 35).

Em relação aos procedimentos para análise, seguiu-se a recomendação de Franco (2012), para estabelecimento de categorias criadas *a priori*. Neste caso, as categorias e seus respectivos indicadores são predeterminados em função da busca a uma resposta específica do investigador (FRANCO, 2012). Este procedimento foi utilizado na intenção de verificar se a produção científica das universidades do Grande ABC, por meio dos temas apresentados pelas teses e dissertações publicadas no período de 2011 a 2015, atendiam às recomendações e às expectativas apresentadas pelo PNPG 2011-2020, tendo como cenário

empírico a própria região do Grande ABC, de modo a apontar interesse investigativo em âmbito local. Para tanto, foram definidas como indicativas dessa postura duas categorias *a priori*, retiradas do próprio texto do respectivo PNPg: 1) Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos; 2) Interdisciplinaridade.

Na estrutura da categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos, o segundo componente está subordinado ao primeiro. Dessa maneira, as pesquisas alocadas nessa categoria sempre apresentavam os “elementos extra-acadêmicos” em conexão com “setor empresarial”, nunca isoladamente. Os estudos que se encaixaram em Interdisciplinaridade apresentaram uma ou mais unidades de registro do tipo “tema”, conectadas com uma ou mais unidades de registro do tipo “item”. Por exemplo, “Administração” (Item) em conexão com “Visão totalizadora da realidade” (Tema).

Os trabalhos foram coletados a partir dos repositórios digitais dos programas de pós-graduação em Administração das instituições mencionadas, onde foi possível ter acesso às versões digitais completas, uma vez que a CAPES delibera no sentido de que as dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação devem estar disponíveis na internet. Assim, obteve-se a seguinte quantidade de publicações:

- Centro Universitário da FEI (FEI): 1 dissertação;
- Universidade Metodista de São Paulo (UMESP): 22 dissertações;
- Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS): 18 dissertações e 2 teses.

8 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS

Nesta seção, ainda que sejam apresentados itens quantitativos a respeito dos achados, a ênfase de análise residiu no conteúdo dos documentos, como se verá a seguir. A análise foi feita em duas teses e quarenta e uma dissertações publicadas pelas universidades do Grande ABC, no período entre 2011 e 2015, que resultaram em trinta e oito trabalhos classificados nas duas categorias estabelecidas pelo referencial teórico assumido; e cinco publicações que não se encaixaram em nenhuma delas. Vinte pesquisas foram alocadas exclusivamente na categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos e cinco, da mesma forma, em Interdisciplinaridade. Nas treze pesquisas restantes foram encontrados indicadores (unidades de registro) de ambas as categorias (tabela 1):

Tabela 1. Número de publicações por categoria

Categoria	Publicações
Total de Publicações	43
Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos	20
Interdisciplinaridade	05
As duas categorias	13
Publicações não categorizadas	05

Fonte: elaborado pelos autores

8.1 SETOR EMPRESARIAL/ELEMENTOS EXTRA-ACADÊMICOS

Dentre os 43 trabalhos analisados, 40 se encaixaram na categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos. Assim, há uma correspondência de 93,02% entre a produção científica da área de Administração publicada entre 2011 e 2015, pelas universidades do Grande ABC, e as expectativas do PNPG atual, no que diz respeito a esse eixo norteador do documento. Os resultados mostraram ainda, a proeminência dos indicadores (unidades de registro) “Soluções aprendidas na prática”, com 20 ocorrências; “Resultados”, com 12 ocorrências; e “Liderança”, com 8 ocorrências (tabela 2).

Tabela 2. Categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos (incidências)

Unidade de Registro	Ocorrências
Soluções aprendidas na prática	20
Resultados	12
Liderança	8

Fonte: Elaborado pelos autores

Essa disposição dos dados indica a predominância dos temas voltados para a administração das organizações, com vistas à socialização do conhecimento, ou seja, ao aproveitamento da ciência no que diz respeito à solução dos problemas reais encontrados no mundo dos negócios; para a melhoria dos resultados apresentados pelas organizações; e para os aspectos relacionados à liderança exercida por seus gestores. Ademais, esses três indicadores parecem ter uma forte relação de interdependência entre si, quando consideramos que as soluções práticas aplicáveis às organizações, se utilizadas corretamente, podem direcionar as ações de seus líderes, tornando-os mais eficientes e eficazes, proporcionando assim

melhores resultados em relação aos objetivos dos diversos empreendimentos sob seu comando. Essa constatação vem apoiar a ideia de que a produção científica examinada corresponde, em sua maioria, às recomendações feitas pelo PNPG 2011-2020, no que diz respeito à formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios do mundo empresarial, seja ele público ou privado (BRASIL, 2010).

A seguir, apresenta-se um exemplo de como foram identificadas as unidades de registro da categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos, nos estudos analisados por esta investigação.

Quadro 1. Indicadores da categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos

Unidade de Registro	Evidências Encontradas no Texto
Liderança	Este estudo tem como finalidade primeira contribuir com o debate especializado que enfrenta o desafio de apontar caminhos que auxiliem as empresas familiares a garantirem a própria continuidade a partir da segunda geração de dirigentes.
Gestão de relacionamentos interpessoais	Nos últimos anos, observa-se um discreto aumento de participação de mulheres em cargos de presidência das empresas familiares que, historicamente, influenciadas pela cultura patriarcal, elegem seus filhos herdeiros como sucessores.
Soluções aprendidas na prática	De modo específico, este estudo foi orientado pelos seguintes objetivos: i) analisar a práxis de determinada família empresária que, tendo inaugurado o processo sucessório em sua empresa, encontra-se em fase de preparação de uma filha para assumir o comando do negócio no lugar do pai/fundador; ii) à luz do conhecimento teórico acumulado e da práxis da família empresária investigada, reunir um conhecimento que permita a formulação de hipóteses que contribuam com o aprofundamento da problemática tratada neste estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Macedo (2013)

Em suas considerações finais, levando em conta a problemática da sucessão dos líderes das empresas familiares, a autora aponta como fatores de sucesso: a liberdade do novo líder para “realizar o comando que idealiza” (MACEDO, 2013, p 132) e a necessidade de que ele (ou ela) possua as competências necessárias para conduzir a empresa de modo que haja crescimento e desenvolvimento da mesma.

No que diz respeito ao processo sucessório sob o ponto de vista das relações interpessoais, vale destacar o seguinte trecho: “Contudo, antes de assumir o comando, sucessoras e sucessores precisam encontrar no grupo familiar a verdadeira igualdade: a igualdade que nasce do respeito individual e que gera cidadãos conscientes, requisito fundamental para o comportamento empresarial cidadão” (MACEDO, 2013, p. 132). Vemos, portanto, pelas informações do quadro 1 e pelo recorte feito a partir das considerações finais, que a dissertação satisfaz às expectativas do PNPG 2011-2020, enquanto corresponde aos indicadores da categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos, no que diz respeito às suas reflexões sobre liderança e aos relacionamentos humanos dentro das empresas familiares.

Outro aspecto abordado pelo PNPG 2011-2020 é a caracterização dos intelectuais formados pelas universidades brasileiras, ao que o documento menciona como “*éthos científico*”, viabilizado por dois caminhos: o *éthos* da ciência acadêmica e o *éthos* da ciência industrial. De acordo com o atual PNPG (BRASIL, 2010, p. 129), esse *éthos científico* se apoia nos seguintes termos:

- Comunalismo: a pesquisa científica deve ser socialmente construída, conduzida no espaço público e com seus resultados publicados;
- Universalismo: a ciência visa ao universal e não tem pátria;
- Desinteresse: a ciência tem valor intrínseco e está acima dos interesses particulares dos cientistas;
- Originalidade: a pesquisa científica deve estar marcada pela busca do conhecimento novo e da originalidade;
- Ceticismo: as proposições da ciência devem ser acatadas com reservas e averiguadas o tempo todo, ao se submeterem ao crivo da experiência.

Os autores dos trabalhos categorizados em Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos abordam questões práticas relacionadas às mais diversas organizações. Ainda de acordo com as pesquisas analisadas, constata-se que a ação investigativa desses pesquisadores se caracteriza pelo *éthos científico*, principalmente no que diz respeito aos termos comunalismo, universalismo e desinteresse. É possível identificar tais características na pesquisa de Macedo (2013):

Por todas as constatações mencionadas, acredita-se que haja viabilidade para implantação de mais clusters na região do ABC, particularmente para pequenas e médias empresas. Clusters que demandarão gestos articulados entre poder público e os atores privados [...]. Acredita-se que a partir dessas considerações outros pesquisadores que se interessem pelo tema possam desenvolvê-las e aprofundá-las, comprovando a viabilidade da implantação de novos clusters na região. A região demonstra grandes potenciais econômicos, industriais, logísticos, rodoviários e humanos (MACEDO, 2013, p. 79).

8.2 PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES

Do corpo total da produção científica analisada (43 trabalhos), 18 publicações (41,86%) correspondem às expectativas do PNPG 2011-2020 em relação a seu quarto eixo – “a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa” (BRASIL, 2010, p. 15). Os

estudos que se encaixaram na categoria Interdisciplinaridade apresentaram uma ou mais unidades de registro do tipo “Tema”, conectadas a uma ou mais unidades de registro do tipo “Item”. Esses indicadores e o número de suas ocorrências nos textos analisados aparecem na tabela 3, cujos dados indicam os 18 trabalhos distribuídos pela unidade de registro do tipo “Item” e, logo abaixo, as ocorrências a partir da unidade de registro do tipo “Tema” que, nesse caso, manifestaram-se em mais de um trabalho, ou seja, o mesmo “Tema” presente em mais de um registro do tipo “Item”.

Tabela 3. Incidência das unidades de registro da categoria Interdisciplinaridade

Unidade de registro tipo “Item”	Ocorrências
Administração	8
Educação	4
Problemas sociais	3
Urbanismo	2
Juventude urbana	1
Unidade de registro tipo “Tema”	Ocorrências
Visão totalizadora da realidade	13
Preocupação Humanista	6
Integração das disciplinas no interior de um mesmo projeto	2
Construção do conhecimento com base na relação do pesquisador com o seu contexto, sua realidade e sua cultura	1
Trocas entre especialistas	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, são apresentados dois exemplos das análises feitas em cada trabalho, nos quais se destacam as unidades de registro encontradas. A relação entre a organização da sociedade civil e os problemas sociais vividos pela cidade, dentro do contexto econômico, político e social de então, relaciona o trabalho de Candido (2011) com os indicadores “problemas sociais” e “visão totalizadora da realidade” (quadro 2).

Quadro 2. Indicadores da categoria Interdisciplinaridade

Unidade de Registro	Evidências Encontradas no Texto
Visão totalizadora da realidade	O estudo busca, por meio de relato histórico, contextualizar o município pelos aspectos econômicos, políticos e sociais.
Problemas sociais	Realizou-se um estudo de caso em uma entidade social não governamental que tem especial olhar sobre o jovem cidadão são-bernardense, a fim de verificar como esta entidade é planejada e gerida para atender às aspirações sociais destes.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Candido (2011).

O texto de Costa (2012) se relaciona com o item “educação” no sentido de que a parceria empresa-escola pode desenvolver a qualidade do ensino na instituição educacional estudada. O resultado dessa parceria, por sua vez, tem potencial para formar líderes responsáveis em sua dimensão cidadã. O fato de que Costa (2012) estuda essa “reação em cadeia” e as relações entre as etapas identificadas permite que se associe seu trabalho à unidade de registro “visão totalizadora da realidade”. Em suas considerações finais, a autora parece confirmar essa ideia:

É o caso também aqui abordado entre o Instituto General Motors do Brasil, que estabelece parceria com a Escola Municipal de Ensino Profa. Alcina Dantas Feijão, na cidade de São Caetano do Sul, realizando um programa que estimula o desenvolvimento do espírito empreendedor em cada um dos estudantes, incentivando a formação de futuros empresários, aplicando ainda princípios da livre-iniciativa” (COSTA, 2012, p. 121-122).

Quadro 3. Indicadores da categoria Interdisciplinaridade

Unidade de Registro	Evidências Encontradas no Texto
Educação Visão totalizadora da realidade	Os resultados evidenciam que iniciativas de parcerias podem se reverter em melhoria da qualidade de ensino que permita o desenvolvimento de habilidade e competências necessárias à inserção responsável no mercado de trabalho com uma dimensão cidadã.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Costa (2012)

De acordo com o documento de Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (BRASIL, 2013), estudos interdisciplinares são “desenvolvidos a partir de várias disciplinas e cujos *corpora* de conhecimento e métodos de investigação são integrados, criando uma nova perspectiva para analisar um

fenômeno e expandindo as fronteiras do conhecimento” (BRASIL, 2013, p. 4). Na intenção de se verificar a objetividade – ou validade – da categorização feita por meio das unidades de registro que aparecem na tabela 3, na produção científica em questão, foi adotado um outro tipo de diagnóstico. Assim, com base no texto do documento de Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, realizou-se leitura dos capítulos nos quais se encontram os procedimentos metodológicos assumidos nos trabalhos, na intenção de se verificar se houve integração de métodos na construção científica de cada pesquisa. Vale lembrar que esses “métodos” são denominados por Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2010) como “estratégias”, enquanto Vergara (2013) os denomina “tipos de pesquisa”. Dentre os dezoito trabalhos alocados na categoria Interdisciplinaridade, dez apresentam integração de dois ou mais métodos no processo de pesquisa. Verificou-se que em cada um dos oito trabalhos restantes – embora se encontre nos textos de seus resumos e considerações finais, significados que correspondem aos indicadores da categoria – é utilizado um único procedimento metodológico, o que, segundo a proposição do documento de área mencionado (BRASIL, 2013), não permite que sejam considerados estudos interdisciplinares. Um exemplo de tal análise pode ser visto no quadro 4:

Quadro 4. Indicadores da categoria Interdisciplinaridade

Unidade de Registro	Evidências Encontradas no Texto
Preocupação humanista	O trabalho tem por objetivo aproximar a concepção de ser humano para discentes do curso de Administração com as categorias existenciais presentes no pensamento de Edith Stein, por meio dos objetivos específicos: compreender o que é ser humano para o discente do curso de administração em uma IES confessional do ABC paulista; descrever o que é ser humano a partir do pensamento fenomenológico de Edith Stein; buscar convergências e divergências e/ou idiosincrasias entre os relatos de discentes do curso de Administração em uma IES Confessional do ABC Paulista e o pensamento de Edith Stein.
Educação	Emerge a partir dos relatos a dimensão comunitária, na qual somente se é possível realizar a humanidade por meio de atos de liberdade, respeito e compaixão. Desvelou-se também dentro destes relatos que, quando se é humano, a vida em seu todo é realizada de forma harmoniosa. Poder-se-á, então, por meio do revelar-se do fenômeno, obter uma nova forma de olhar, de pensar e questionar as práticas vivenciadas na Administração, contribuindo com a formação de uma massa crítica para as ciências sociais aplicadas da Administração, ao refletir sobre o que há de mais estruturante e nuclear no discente dos cursos de Administração.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Demarchi (2013).

O tema preocupação humanista predomina no trabalho de Demarchi (2013). Aparece pela primeira vez no texto do resumo, sendo concluído, segundo a visão da autora, no último capítulo da dissertação no

qual encontramos referências aos perigos da “desumanização” e da “coisificação” do ser humano diante das exigências de um mundo capitalista. Esse é o ponto de encontro entre a ênfase na pessoa humana e o processo educativo, sob o qual são submetidos os alunos de Administração: “Dentro do mundo vivido do discente de Administração encontra-se o processo de formação na Instituição de Ensino Superior. É neste momento em que se dão bases e que se criam condições para o discente chegar ao modo ser administrador” (DEMARCHI, 2013, p. 113). Visto em conjunto com o segundo tópico do quadro 4, constata-se referência à unidade de registro “Educação”.

A partir dessa perspectiva, considerando o total de quarenta e três trabalhos selecionados, podemos dizer que a correspondência entre a produção científica da área de Administração, publicada pelas universidades do Grande ABC entre 2011 e 2015, e as expectativas do PNPGE atual, no que diz respeito à “interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa” (BRASIL, 2010, p. 15), não contempla o total da produção, embora a indicação tanto do Plano quanto do documento de área (CAPES) seja de elaboração de trabalhos que abordem diferentes temas de pesquisa de maneira integrada.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como objetivo verificar se, diante da possibilidade de receber amparo e incentivos governamentais, bem como da autonomia e vocação que possuem, as universidades pertencentes à região do Grande ABC têm atendido às recomendações feitas pelo PNPGE 2011-2020. Para tanto, foram analisadas duas teses e quarenta e uma dissertações de programas de pós-graduação em Administração, publicadas no período entre 2011 e 2015, pelas instituições Centro Universitário da FEI (FEI), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

A averiguação se deu ao redor de dois dos cinco eixos organizadores do PNPGE 2011-2020: terceiro eixo – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT & I (Formação de pós-graduados voltados para atividades extra-acadêmicas/setor empresarial); quarto eixo – interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa (promover, por meio de programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa, a convergência de temas e compartilhamento de problemas em oposição à sua mera associação ou sobreposição).

Quanto à caracterização dos intelectuais formados pelas universidades brasileiras, no que diz respeito ao ethos da ciência industrial e ao ethos da ciência acadêmica, constatou-se que, embora os trabalhos localizados na categoria Setor empresarial/elementos extra-acadêmicos sejam em sua maioria

de teor prático, a totalidade de seus autores assumiu o éthos científico. Tal fato se deu, principalmente, no que diz respeito ao comunalismo, ao universalismo e ao desinteresse. Uma ambição evidente desses autores é que o conhecimento produzido por eles seja útil e, assim, as descobertas feitas em seus estudos trarão soluções aos problemas reais enfrentados pelas organizações inseridas no contexto de suas pesquisas. E, não sendo viável sua generalização, que então facilitem a descoberta de caminhos alternativos em outras situações nas quais se fizer necessária a intervenção da ciência.

As características de interdisciplinaridade foram identificadas nos trabalhos analisados a partir da combinação dos indicadores tipo "Item" com as unidades de registro tipo "Tema", ainda que muitos dos autores não mencionem o uso de mais de uma disciplina na busca de atingir os objetivos de suas pesquisas. Posto que a Administração é uma área que estabelece relação com outras classificadas como pertencentes às ciências sociais aplicadas, talvez exista uma "pressuposição interdisciplinar" por parte dos autores das pesquisas.

Assim, acredita-se que este trabalho apresenta contribuição acadêmica em relação ao mapeamento da produção acadêmica dos programas de pós-graduação da região do Grande ABC paulista, ao propor reflexão sobre as tendências temáticas dos programas, tomando por base o que preconiza o PNPG 2011-2020. No tocante à contribuição em termos práticos, assume-se que, para gestão dos programas de pós-graduação – não exclusivamente da área de Administração –, o trabalho pode servir como proposta para se delinear ações para elaboração de estruturas curriculares, bem como linhas de pesquisa, enfim, aspectos estratégicos apontados no trabalho de Ferreira (2018).

As limitações deste estudo estão relacionadas ao recorte da área (exame da produção científica da área de Administração); à região do Grande ABC, bem como às instituições que dela fazem parte; ao tipo de produção científica (teses e dissertações); e à questão temporal (trabalhos publicados entre 2011 e 2015). Entretanto, é mister reconhecer a contribuição deste artigo no sentido de chamar a atenção para os rumos que a pós-graduação em Administração do Grande ABC tem seguido, bem como provocar reflexão sobre os próximos passos que as instituições acadêmicas da região devem tomar.

Futuros estudos poderiam investigar o papel dos coordenadores e/ou orientadores dos programas de pós-graduação, cujos trabalhos foram analisados nesta pesquisa, em relação à escolha de seus alunos no sentido de investigar questões práticas ou não acadêmicas. Outras pesquisas poderão considerar se, do modo como foram utilizadas nos trabalhos analisados, as estratégias de pesquisa podem fazer parte dos elementos que caracterizam os estudos acadêmicos como interdisciplinares. E, finalmente, abre-se também a possibilidade de analisar o método de análise categorial utilizado na presente investigação, para verificar se este é apropriado para a detecção de características interdisciplinares na produção científica brasileira em geral.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKI, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. **Os desafios da educação no Brasil**. Goiânia: UFG, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO, F. C. S.; DOMINGUES, I. O PNPGE 2011-2020: Os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação. **Educação em Revista**, v.28, n.3, p.17-53, set., 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPGE 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, v.1, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Diretoria de Avaliação DAV – **Documento de área 2013 (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **História**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CANDIDO, J. G. **Uma juventude organizada e não participativa**: um estudo de caso sobre uma gestão jovem em São Bernardo do Campo. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Documento de área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo**. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_doc_area_2016_final_20jan2017.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

CAPORALI, R. Mapeamento dos Cursos de Pós-Graduação em Administração e suas Respectivas Linhas de Pesquisas no Brasil. **Revista Pretexto**, v. 19, n. 2, p. 29-50, 2018.

CHINELATO, F. B.; ZIVIANI, F. Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração no Brasil. **Revista ADM.MADE**, v. 20, n. 2, p. 1-22, 2016.

COSTA, M. M. P. **Dos cabides de emprego aos cabides do conhecimento**: um caso de parceria entre o instituto General Motors e a Escola Municipal de Ensino Professora Alcina Dantas Feijão no desenvolvimento da responsabilidade social empresarial. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

DEMARCHI, L. **A concepção sobre ser humano para o discente do curso de administração:** aproximações com a fenomenologia de Edith Stein. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

FERREIRA, V. O Papel dos Programas de Pós-Graduação em Administração de Empresas na Perspectiva da Relevância Estratégica: O Atendimento das Expectativas dos Stakeholders. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 91-95, 2018.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo:** série pesquisa v.6. 4. ed. Brasília: Liber Livros, 2012. 96 p.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 460p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

KENISTON, K. Ideologia e conflito: Os jovens, a contestação e a mudança social. In: BIRNBAUM P.; CHAZEL F. **Teoria Sociológica**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 396-303.

LIMA, T. B.; SILVA, A. B. Como os Mestrandos Aprendem? Significados e Transformações em um Programa de Pós-Graduação em Administração. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 36-55, 2018.

MACEDO, R. A. **A formação de clusters para pequenas e médias empresas e as vantagens logísticas na região do Grande ABC Paulista**. 2013. 92f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

MARCOVITCH, J. A cooperação da universidade moderna com o setor empresarial. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 34, n. 4, p. 13-17, out./dez., 1999.

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**. Buenos Aires, v.1, n.1, p. 125-152, nov. 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, M. M. O Futuro dos Programas de Pós-Graduação em Administração: Novas Escolhas e Novos Caminhos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 87-90, 2018.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**. v.1, n.1, p. 3-15, março, 2005.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista**

Diálogo Educacional. Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

ROMEU, J. R. M.; ROMEU, C. I. M.; JORGE, V. L. J. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. Caracas, 2004, 75p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

SCHWARTZMAN, S. O sentido da interdisciplinaridade. **Novos Estudos**, n. 32, p. 191-198, 1992.

TEIXEIRA, P. M. M. **Pesquisa em ensino de biologia no Brasil [1972-2004]**: um estudo baseado em dissertações e teses. 2008. 413f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez., 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2013. 94p.

VIEIRA, A. M. **Cultura organizacional em instituições de ensino: mapeamento e análise descritivo-interpretativa da produção acadêmica (1990-2005)**. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília.